



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 18ª. Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo

MINUTA

1. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 18ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, realizada no dia 15 de dezembro de 2005, com início às 15 horas e término às 18:30 horas, na sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, DF, e que tratou da seguinte pauta: 1) Definição e alocação de recursos para as Ações Transversais de 2006; 2) Definição e alocação de recursos para as Ações Verticais de 2006; 3) Outros assuntos.

2. Participantes

Membros Titulares e Substitutos Presentes:

Luís Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo do MCT, Presidente (Titular),
Fernando Cosme Rizzo Assunção, PUC/RJ, representante da comunidade científica (Titular),
Dyogo Oliveira, representante do MDIC (Substituto),
João Eduardo de Moraes Pinto Furtado, representante do BNDES (Titular),
José Roberto Drugowich, representante do CNPq (Substituto)
Cristina Valente, representante da FINEP (Substituta).
Maurício Mendonça Jorge, CNI, substituindo o Sr. Rodrigo Loures
Fernando Bueno, CIESP, substituindo o Sr. Mário Bernardini

Titulares ausentes (ausências justificadas):

Alessandro Golombiewzki Teixeira, representante do MDIC,
Carlos Henrique Brito Cruz, representante da comunidade científica,
Erney P. Camargo, representante do CNPq,
Luiz Carlos Barboza, representante do SEBRAE,
Mário Bernardini, representante do setor industrial,
Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, representante da FINEP,
Rodrigo Rocha da Costa Loures, representante do setor industrial.

Convidados:

Aldo Pinheiro da Fonseca, Coordenador da SETEF/MCT (Coordenador Técnico)

Elianne Prescott, SETEF/MCT (Secretária Técnica)

Carlos Siqueira, Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia

Joselice A. Cerqueira, SETEF/MCT

Léa Contier de Freitas, SETEC/MCT

Reinaldo Danna, SETEC/MCT

3. Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Prof. Luís Fernandes, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e relatou as justificativas enviadas pelos membros titulares ausentes. Agradeceu a presença do Sr. Dyogo Oliveira, representando o Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio e substituindo nessa reunião o Sr. Alessandro Teixeira; do Sr. Fernando Bueno, representando o setor industrial, em substituição ao Sr. Mário Bernardini, e ao Sr. Maurício Mendonça que veio substituir o Sr. Rodrigo Loures, também representante do setor industrial no Comitê. Destacou a ausência do representante da Finep, que nessa reunião estará sendo substituído pela Sra. Cristina Valente, e do Sr. José Roberto Drugowich, representando o CNPq. Na oportunidade, esclareceu que essa reunião não pode ser realizada na data inicialmente programada, tendo em vista sua participação na reunião preparatória da nova rodada do Protocolo de Kyoto, em Montreal, Canadá. Na seqüência, deu início aos trabalhos, propondo uma inversão da pauta de forma a permitir que o Sr. Carlos Siqueira, Chefe de Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, apresentasse informações sobre o projeto do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada/CEITEC; assunto ainda pendente de deliberação do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo em 2005. Sobre a proposta, o Sr. João Furtado destacou que havia sido acordado que se realizaria uma reunião específica para tratar do assunto, quando seriam apresentados argumentos que possibilitariam ao Comitê decidir sobre a concessão de apoio financeiro do Fundo Verde-Amarelo ao projeto. Questionado sobre a natureza do apoio que se está solicitando ao CT-FVA, o Sr. Luís Fernandes esclareceu que o que está em pauta é a deliberação sobre a alocação de recursos do orçamento do Fundo Verde-Amarelo, em 2005, ao projeto, uma vez que a decisão quanto à implantação do Centro já foi tomada em nível federal, traduzindo-se como uma iniciativa vinculada ao Programa Brasileiro na área de Microeletrônica, parte integrante da agenda política de C&T nacional. Nessa oportunidade, o Sr. Carlos Siqueira registrou que a obra de construção do CEITEC já foi licitada, com custo estimado em R\$ 148 milhões, e previsão de inauguração em outubro do próximo ano. Também, destacou que o BNDES vem participando das discussões sobre o projeto desde o início, e que já há previsão orçamentária para o projeto em 2006, por força de uma emenda apresentada ao PLO 2006 pela bancada gaúcha no Congresso, no valor de R\$ 10 milhões. Aproveitou para distribuir cópia de uma apresentação contendo informações sobre o projeto. Concluindo, decidiu-se marcar uma reunião específica para discutir o assunto, a ser realizada no dia 21 de dezembro de 2005, com início previsto para às 14 horas, e para a qual serão convidados representantes do CEITEC para fazerem uma exposição sobre o Centro. O Sr. Luís Fernandes sugeriu que sejam convidadas pessoas do BNDES e da CNI para participarem da reunião.

4. Item 1 da Pauta: Definição e alocação de recursos para as Ações Transversais de 2006

Em atendimento à pauta, o Sr. Luís Fernandes deu início à discussão sobre o processo de deliberação sobre as ações que serão apoiadas pelo Fundo Verde-Amarelo em 2006. Para nortear a discussão, apresentou o seguinte quadro com a previsão orçamentária do Fundo em 2006:

# Ação	Nome da Ação	Orçamento Previsto	2% Taxa Adm. FINEP	5% Despesas Operacionais
741	Equalização Taxa de Juros	67.000,00	1.340,00	3.350,00
743	Subvenção PDTI e PDTA	3.500,00	70,00	175,00
745	Estímulo às Empresas de Base Tecnológica	27.900,00	558,00	1.395,00
748	Incentivo ao Investimento à C&T (Garantia de Liquidez)	2.000,00	40,00	100,00
2097	Fortalecimento Comp.Tec-Cienc.Inov.	15.000,00	300,00	750,00
2113	Fomento à Pesquisae à Inov.Tecnológica	90.384,00	1.807,68	4.519,20
Nova ação	Financiamento de Projetos de P&D&I	38.904,00	778,08	1.945,20
	Sub-total	244.688,00	4.893,76	12.234,40
Emenda	Subvenção para P&D em Empresas	209.600,00	4.192,00	10.480,00
	Total	454.288,00	9.085,76	22.714,40

Como pôde ser observado, os recursos destinados ao financiamento a empresa somam R\$ 348,9 milhões, tendo-se por base as linhas de crédito operadas pela *Finep (Equalização da Taxa de Juros; Subvenção programa PDTI e PDTA; Estímulo às Empresas de Base Tecnológica; Incentivo ao Investimento à C&T - Garantia de Liquidez -)*; uma nova ação incluída na proposta orçamentária para *Financiamento a Projetos de P&D&I*; e uma ação específica voltada para *Subvenção para P,D&I em Empresas*, no valor de R\$ 209,6 milhões. Considerando-se apenas as ações não reembolsáveis - *Fortalecimento de Competências e Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica*, registrou que o orçamento previsto no PLO 2006 atinge o total de R\$ 105,38 milhões. Desse montante, subtraindo-se as parcelas relativas à taxa de administração e às despesas operacionais, da ordem de R\$ 7,38 milhões, bem como as despesas decorrentes de operações autorizadas em exercícios anteriores, no valor de R\$ 42 milhões, o volume disponível para aplicação em 2006 será de R\$ 56 milhões.

Com relação ao quadro apresentado, o Sr. Maurício Mendonça destacou o seguinte:

1. Que a Lei de Inovação não faz menção específica aos programas PDTI e PDTA e, assim, os recursos para subvenção haviam sido vinculados a esses programas apenas para fortalecer a discussão, mas que no presente não se justificam;
2. Que o valor previsto por força da renúncia fiscal, propiciado pela Lei de Informática, é da ordem de R\$ 150 milhões, volume esse que deveria ser destinado à subvenção, conforme a Lei 10.532, artigo 5º.

O Sr. Luís Fernandes ressaltou que o volume de recursos alocado aos programas PDTI e PDTA na proposta orçamentária, no valor de R\$ 3,5 milhões, pode estar vinculado a operações já em curso na agência Finep, em concordância com o que estabelece a Lei que cria o Fundo Verde-Amarelo. Já em relação aos recursos destinados à Subvenção, destacou que foi alocado, em linha específica criada para esse fim em 2006, o montante de R\$ 209,6 milhões viabilizados por força de emenda de Relator ao PLO 2006, no valor de R\$ 415 milhões, cuja a fonte seria a Reserva de Contingência, conforme acordado no Congresso e anuência do Ministro do Planejamento e do

Presidente da República. Ressaltou que, dessa forma, o volume de recursos destinado à Subvenção seria de aproximadamente R\$ 280 milhões ao se considerar o volume alocado às ações de *Equalização, Subvenção (PDTI e PDTA)*, já previstos no PLO 2006, acrescidos do valor alocado a essa linha específica. Por outro lado, registrou que se encontram em discussão as modalidades de operação das linhas de Equalização e Subvenção que constam da programação do CT-FVA. Também, destacou que por força da Lei 11.196 – “Lei do Bem”, está sendo objeto de negociação, junto ao Ministério da Fazenda, questão relacionada à contratação de pesquisadores pelas empresas *vis-a-vis* as perspectivas criadas a partir da regulamentação da Lei de Inovação. Outra questão que está em discussão, informou, refere-se à definição da instância competente para deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à Subvenção. Está para ser definido se essa atribuição compete à Finep, enquanto Secretaria Executiva do FNDCT e ordenadora de despesas relacionadas ao Fundo, ou ao Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, que tem a atribuição de instruir as agências quanto às prioridades e linhas de atuação a serem financiadas. Tendo por base o Decreto que regulamenta a Lei de Inovação e as questões levantadas pelos membros do Comitês ficou decidido que:

- 1) Por sugestão do Sr. Maurício Mendonça será solicitado e encaminhado um parecer da área jurídica da CNI com vistas a subsidiar a decisão quanto à definição do fórum apropriado de deliberação sobre os recursos para Subvenção;
- 2) O MCT se comprometeu em estimular/ampliar a participação de representantes da ABDI, do MDIC e da FINEP, entre outros atores envolvidos com o assunto, de forma enriquecer o debate e viabilizar a definição das regras e mecanismos de operação dos recursos para Subvenção.

Nessa linha de discussão, o Sr. João Furtado ressaltou que seria importante colocar em operação, o mais breve possível, as ações relativas à Subvenção, mais do que se esperar a definição de competências quanto à deliberação. Por outro lado, destacou que se faz necessário envolver diversos atores no processo de definição dos mecanismos de subvenção e de permitir que a Finep implemente as ações de Subvenção com os instrumentos já disponíveis. Conforme destacado pelos membros do Comitê, a expectativa é de que essa linha de financiamento gere uma grande demanda e que, portanto, será necessário que se defina, claramente, os mecanismos de subvenção. O Sr. Maurício Mendonça sugeriu que o Comitê Gestor do CT-FVA seja o *locus* de deliberação, tendo em vista sua composição, que integra representantes do MDIC, do BNDES e representantes do setor empresarial, e também, e por já ter atribuição normativa para definir o Plano Anual de Investimentos para o Fundo Verde-Amarelo. O Sr. João Furtado manifestou sua preocupação quanto a necessidade de se dar atenção especial às pequenas e médias empresas e de se buscar mecanismos que permitam inserir cerca de 94% das empresas nacionais que ficam à margem dos principais instrumentos de apoio à inovação.

Dando continuidade à discussão sobre o volume de recursos do CT-FVA disponíveis para aplicação em 2006, o Sr. Maurício Mendonça destacou que esse montante, considerando o quadro apresentado pelo MCT, já se estaria deduzindo, *a priori*, parcela de recursos destinada a despesas operacionais e que a lógica a ser aplicada em relação a essas despesas deveria ser no sentido de limitá-las a 5%. E, assim, destacou, preservar-se-ia o orçamento para as ações finalísticas, propondo que se reduza ao máximo tais despesas. Sobre essa proposta, o Sr. João Furtado registrou que os

recursos destinados às despesas operacionais são essenciais às operações das agências. Também sobre esse ponto, o Sr. Luís Fernandes esclareceu que parte desses recursos é utilizada para financiar operações do CGEE, relacionadas aos fundos setoriais, e da própria Secretaria dos Fundos Setoriais, na Secretaria Executiva no MCT; não se restringindo, portanto, às despesas operacionais das agências.

Em continuidade à reunião, o Sr. Dyogo Oliveira questionou se deveria continuar classificando o Programa PAPPE como uma linha de Subvenção. Sobre isso, o Sr. Luís Fernandes esclareceu que no passado o Programa PAPPE foi classificado dessa forma, uma vez que não se podia, na ocasião, apoiar diretamente as empresas. Já, à luz da Lei de Inovação, essa questão está sendo revista, inclusive com perspectivas de se criar novas modalidades no âmbito do PAPPE para viabilizar a fixação de pesquisadores nas empresas.

Dando prosseguimento ao processo de decisão sobre as ações a serem financiadas pelo CT-FVA em 2006, o Sr. Luís Fernandes chamou a atenção para a nova ação proposta no PLO 2006, no valor de R\$ 38,9 milhões, que se caracteriza como uma linha de crédito, destinada ao financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento em empresas. Destacou, ainda, que compete ao Comitê Gestor do CT-FVA acompanhar as operações de crédito operadas pela Finep. Em seguida, ressaltou que a finalidade dessa reunião seria deliberar sobre a aplicação dos recursos não reembolsáveis alocados às ações *Fortalecimento de Competências e Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica*, da ordem de R\$ 56 milhões, conforme já informado. Para orientar esse trabalho, apresentou a relação de programas e ações transversais proposta pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, obtida como resultado do processo de planejamento para 2006, e que considerou as sugestões encaminhadas pelos comitês gestores e as prioridades da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Também, informou que constam dessa proposta algumas ações que poderão ser apoiadas pelo CT-FVA por guardarem correspondência com as finalidades do Fundo, desde que haja anuência do Comitê Gestor. Ressaltou, ainda, que a expectativa é de que, a semelhança do que ocorreu nos exercícios anteriores, o Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo autorize a aplicação da totalidade dos recursos disponíveis para operações não reembolsáveis nas ações transversais, havendo consenso de que as ações do Fundo se enquadram nos eixos que norteiam sua definição. Conforme o quadro apresentado com a relação de programas e ações transversais proposta pelo Comitê de Coordenação, verifica-se que o volume total estimado de recursos dos fundos setoriais para aplicação em 2006 atinge o montante de R\$ 578,7 milhões, com expectativa de aplicação de igual volume no exercício subsequente (2007). Conforme quadro apresentado, as ações transversais propostas para receber apoio financeiro do Fundo Verde-Amarelo em 2006 está a seguir relacionada, organizada por eixo:

- i) No **Eixo 1 - Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de C,T&I**, a proposta é de se aplicar um total de R\$ 151,7 milhões, em 2006. Entre as ações que se enquadram nesse eixo, foi proposto apoio do CT-FVA à ação '*Formação de recursos humanos para áreas estratégicas e portadoras de futuro*'.
- ii) No **Eixo 2 - Apoio À Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior/PITCE**, a expectativa é de se aplicar um volume total de R\$ 304,5 milhões em 2006. Entre as ações enquadradas nesse eixo, foi proposto apoio do CT-FVA às seguintes ações:

- Linha 2.1 - Parcerias ICT/empresas:
 - a) Ação 2.1.1 - Parcerias ICT/Micro e pequenas empresas (programas COOPERA e APL's);
 - b) Ação 2.1.2 - Parcerias ICT/ Médias e grandes empresas (programa COOPERA);
 - c) Ação 2.1.3 - Rede Brasil de Tecnologia/RBT
 - Linha 2.2 - Suporte a serviços tecnológicos para empresas (TIB, ASSISTEC, Incubadoras, Parques Tecnológicos, Portais, etc)
 - d) Ação 2.2.1 - Programa de qualificação e modernização dos IPT's
 - e) Ação 2.2.3 - Tecnologia Industrial Básica - TIB
 - f) Ação 2.2.4 - Programa para Apoio à Assistência e Consultoria Tecnológica - ASSISTEC (PRUMO + PROGEX)
 - g) Ação 2.2.5 - Parques tecnológicos e incubadoras - PNI
 - h) Ação 2.2.6 - Gestão e difusão da informação em C,T& I
 - Linha 2.3 - Promoção de áreas estratégicas e portadoras de futuro
 - i) Ação 2.3.1 - Áreas estratégicas da PITCE
- iii) No **Eixo 3 - Objetivos Estratégicos Nacionais**, prevê-se investir R\$ 90,5 milhões dos fundos setoriais em 2006. Conforme sugerido, o apoio do CT-FVA seria destinado à ação de *Cooperação Internacional em C&T*.
- iv) No **Eixo 4 - C&T para a Inclusão e o Desenvolvimento Social**, a previsão de alocação de recursos dos fundos setoriais atinge o montante de R\$ 32 milhões. A proposta de apoio do Fundo Verde-Amarelo é para a ação 4.3 - *Estudos de políticas públicas para inclusão social*.

Por sugestão do Sr. Maurício Mendonça, o Comitê decidiu adotar a seguinte estratégia para deliberação: 1) concentrar recursos em ações transversais que já receberam apoio financeiro do CT-FVA em exercícios anteriores e que se decida sobre sua continuidade; 2) analisar as ações que promovem a Cooperação ICT - Empresa, com foco nas propostas de subvenção, incluindo, entre elas, a linha de apoio à Formação de Recursos Humanos – RHAE Inovação; 3) analisar o impacto da demanda de recursos para financiamento a projetos, como a PINTEC, do IBGE, e o Portal da Inovação, que também já receberam apoio financeiro do Fundo Verde-Amarelo, e destinar recursos para sua continuidade em 2006.

Com relação à linha de ação voltada para a parceria ICT - Empresa, o Sr. Maurício Mendonça registrou que, durante a BRASILTEC, foi identificada a necessidade de se criar uma modalidade de Subvenção voltada para a viabilizar a criação de serviços tecnológicos. Ainda, sugeriu-se a idéia de se lançar editais/chamadas de propostas, do tipo fluxo contínuo, com possibilidade de financiamento de até 3 anos, com vistas a torná-los mais atrativos para as empresas, e com escopo voltado para financiar diretamente a empresa ou a consórcios de empresas; não se restringindo a instituições sem fins lucrativos. Ainda, propôs que seja exigido que as empresas se comprometam a alocar contrapartida financeira e a aplicar os recursos não reembolsáveis na ICT parceira, com a finalidade de contratar pesquisadores e/ou investir em infra-estrutura (compra de serviços de consultoria, aquisição de equipamentos, etc), bem como a prestar contas à agência financiadora sobre a aplicação dos recursos. Essa proposta tem por expectativa, ressaltou, criar um mecanismo que premia a cooperação e viabiliza a participação da PME. Concluindo, destacou que por sugestão da FINEP, além de financiamento equalizado, essa linha envolveria recursos para subvenção e financiamento não reembolsável. Por outro lado, destacou que sua implementação exigirá o

estabelecimento de critérios operacionais e instrumentos legais pela Finep de forma a permitir a transferência de recursos públicos, hoje restritos a contratos ou convênios.

O Sr. Fernando Rizzo registrou sua preocupação quanto a necessidade de se estabelecer procedimentos que possibilitem acompanhar e avaliar os resultados advindos das iniciativas de Subvenção do ponto de vista da universidade. Ressaltou que se deve definir instrumentos claros para atingir o objetivo principal, qual seja a inovação tecnológica, e permitir verificar o impacto gerado em termos de inovação. Na oportunidade, ressaltou que algumas ações financiadas no passado, voltadas para a criação de escritórios de negócio, e que representaram casos de sucesso, em recente seminário de avaliação dessa iniciativa, não tiveram continuidade por força da decisão de se continuar apoiando somente a criação de novos núcleos. Com isso, ressaltou, projetos anteriormente financiados não puderam atingir o grau de maturidade necessário, atingido, geralmente, em torno de 5 anos. Sugeriu, dessa forma, que se considerasse a possibilidade de alocar recursos do CT-FVA em 2006 para consolidação dos núcleos que apresentaram resultados positivos, caminhando na direção de se garantir continuidade às ações.

O Sr. João Furtado registrou sua preocupação com o que chamou de efeito 'alavanca', no sentido de se buscar maximizar resultados. Sua sugestão é de que se adote como critério, o máximo envolvimento possível de agentes no processo de avaliação de projetos. Além disso, propôs que se elabore editais criativos, que englobem mecanismos de operação em redes (de empresas), com vistas a ampliar o número de protagonistas, os quais deverão ser continuamente acompanhados e avaliados. Nesse sentido, o Sr. Dyogo Oliveira sugeriu que se adote nas operações voltadas para Cooperação ICT - Empresa o modelo adotado no PROGEX, como parte de uma estratégia para alavancar recursos, dado que no PROGEX para cada Real investido, a empresa investe R\$ 8,00, apresentando resultados interessantes, com aumento de 150% nas exportações das empresas participantes.

O Sr. Maurício Mendonça destacou que se o objetivo é aumentar a participação da empresa em projetos de P&D&I, deverão ser criados e operados mecanismos de subvenção. Propôs, como alternativa, que se crie uma nova 'porta' de entrada para a empresa buscar financiamento, cabendo à Finep a análise de mérito e de viabilidade técnica, bem como a adoção dos instrumentos necessários à sua operacionalização. Destacou, ainda, que se deve estimular que a empresa busque articular-se com os diversos atores que integram a sua cadeia produtiva, no ramo do negócio onde está inserida. Em outras palavras, destacou que se deve estimular a articulação entre empresas e/ou organizações que participam a jusante e a montante – fornecedores e consumidores - do processo produtivo na obtenção de financiamento e subvenção. Sobre essa proposta, o Sr. Dyogo Oliveira ressaltou a importância de se iniciar a operação dos mecanismos de subvenção, a título de experiência, e analisar seus resultados, de forma a orientar revisões de mecanismos, instrumentos e estratégias. Com relação a esse ponto, o Sr. Luís Fernandes sugeriu que se adote, então, uma modalidade de operação que permita investir na infra-estrutura das ICT's, por meio de operações não reembolsáveis, e apoiar a empresa via mecanismos de subvenção, mas destacou que seria indispensável que o projeto seja negociado pelas partes. Ainda sobre esse ponto, o Sr. Fernando Bueno registrou que é importante garantir que a empresa se comprometa efetivamente com os objetivos do projeto e, para isso, faz-se necessário que ela compartilhe os riscos.

Após essas considerações, o Sr. Luís Fernandes colocou em revista a relação de ações transversais, com vistas à deliberação sobre a alocação de recursos do CT-FVA, em 2006. Por sugestão do Sr. Maurício Mendonça, deverá ser buscado ampliar os recursos disponíveis do Fundo Verde-Amarelo para financiar as ações que guardam consistência com os critérios já estabelecidos e mencionados na reunião, quais sejam, de concentrar recursos em ações transversais que já receberam apoio financeiro em exercícios anteriores e que merecem ter continuidade; analisar as ações que promovam a cooperação ICT e empresas com foco nas propostas de subvenção, incluindo entre elas, a linha para Apoio à Formação de Recursos Humanos – RHAIE Inovação; e analisar o impacto da demanda de projetos, como a PINTEC e o Portal da Inovação para apoio em 2006. Conforme proposto, seriam distribuídos R\$ 60 milhões do CT-FVA disponíveis em ações que atendam tais critérios. Nesse sentido, o Sr. Maurício Mendonça apresentou a seguinte proposta de distribuição dos recursos, conforme apresentado abaixo, por linhas transversais:

- R\$ 10 milhões no item 1.3.1, - Programa RHAIE
- R\$ 10 milhões na Ação 2.1.1 - Parcerias ICT/Micro e pequenas empresas (programas COOPERA e APL's
- R\$ 10 milhões na Ação 2.1.2. Parcerias ICT/ Médias e grandes empresas (programa COOPERA
- R\$ 10 milhões na Ação 2.2.3 - Tecnologia Industrial Básica - TIB
- R\$ 5 milhões na Ação 2.2.4 - Programa para Apoio à Assistência e Consultoria Tecnológica - ASSISTEC (PRUMO + PROGEX)
- R\$ 5 milhões na Ação 2.2.5 - Parques tecnológicos e incubadoras - PNI
- R\$ 10 milhões na Ação 2.2.6 - Gestão e difusão da informação em C,T& I – para atender todos os projetos que têm demanda como PINTEC, etc.

Nesse exercício não foi considerado o Programa de Qualificação e Modernização das ICTs / MODERNIT.

Com relação à PINTEC, cuja 3ª versão está prevista para iniciar em 2006, o Comitê autorizou apoiar financeiramente o projeto, enquadrando-o entre as ações inseridas na linha 2.2.6 - *Gestão e difusão da informação em C,T& I*. Por sugestão do Sr. João Furtado, nessa nova versão da PINTEC deverão ser incorporados os novos conceitos de inovação introduzidos no Manual Oslo (OECD) e relativos à inovação de serviços - organizacional e de *marketing* -. Também ficou decidido que o projeto *Portal da Inovação* deverá ser apoiado em 2006. Tal qual a PINTEC, esse projeto também se insere na linha *Gestão e difusão da informação em C,T& I*.

Um outro item destacado, refere-se à Cooperação Internacional em C&T. O Sr. Luís Fernandes informou que essa linha abarca vários estudos e o volume de recursos precisa ser redimensionado. Também, registrou que não houve previsão de recursos do CT-FVA para o Programa APL's e que seria importante incluí-lo na lista de ações transversais aptas a receber apoio do Fundo. Com relação à proposta de se dar continuidade ao financiamento dos programas PNI e Parques foi esclarecido que o apoio a Parques tem se destinado ao financiamento de EVTE de novos parques e que há casos de sucesso entre parques já apoiados pelo Fundo Verde-Amarelo, citando o exemplo do Porto Digital em Recife, entre outros. Com relação ao PNI, o Sr. Reinaldo Danna esclareceu que o apoio do MCT

concentra-se nas redes estaduais, nas etapas de pré-incubação e integra-se a outros instrumentos, como o INOVAR, no sentido de ampliar a sinergia entre os parceiros.

Sobre a ação 3.7 - Cooperação internacional em C&T, o Sr. Dyogo Oliveira colocou em discussão proposta de alocar recursos de 2006 ao projeto de Cooperação Brasil e União Européia, em continuidade ao apoio já concedido em 2004 e tendo em vista o fato de não ter sido previsto provisionamento de recursos para exercícios seguintes. Sobre essa demanda, o Sr. Luís Fernandes destacou que o Comitê Gestor autorizou, na ocasião, um aporte de R\$ 1 milhão do CT-FVA para o projeto e que de fato não houve previsão de recursos para os próximos anos. No entanto, tendo em vista a necessidade do Brasil comprovar contrapartida financeira ao projeto foi proposto que se contabilize os investimentos feitos a projetos que se enquadrem nas exigências do Acordo, como os selecionados por meio de editais voltados para estimular a Cooperação ICT - Empresa e centros tecnológicos que estejam recebendo financiamento do Fundo, como contrapartida. Por sugestão do Sr. João Furtado, nessa categoria poderia ser considerado o investimento que está sendo feito no Laboratório de Integração e Testes/LIT do INPE, que presta serviço de certificação de produtos para a indústria automobilística. Na medida em que os recursos da União Européia só foram liberados em outubro de 2005, concluiu-se que não seria possível apropriar projetos em carteira como contrapartida. Dessa forma, apenas projetos selecionados de forma competitiva, uma das exigências do Acordo, a partir das novas rodadas de editais, seriam contabilizados como contrapartida. Para essa finalidade, também foi sugerido que se utilize os mecanismos de subvenção. Ficou decidido que será analisada a pertinência de se apropriar os investimentos feitos na linha Apoio aos Institutos Tecnológicos/IPT's, das ações transversais, como contrapartida brasileira, e, ainda, que esse tema deverá ser incluído na pauta de discussão dos mecanismos de subvenção. Finalizando, ficou decidido que o CT-FVA apoiará o Acordo, já manifestada por meio do apoio financeiro concedido inicialmente para viabilizar o projeto, sendo autorizado apropriar os investimentos realizados pelo Fundo Verde-Amarelo em projetos que se enquadrem nas regras do Acordo de Cooperação Brasil - União Européia, como os projetos de Cooperação ICT - Empresa e os centros tecnológicos que vierem a ser apoiados na linha Apoio aos IPT's.

Concluindo, foi sugerido que se amplie o valor proposto para as linhas do Programa TIB, da ordem de R\$ 10 milhões, e que os instrumentos a serem elaborados – editais e cartas-convite - busquem ampliar a participação da pequena empresa. Sobre isso, o Sr. Luís Fernandes informou que o SEBRAE tem alocado contrapartida aos editais voltados para Cooperação ICT e PME e sugeriu que os editais que envolvam recursos do CT-FVA exijam a participação de pequenas empresas em projetos para financiamento. Quanto a essa sugestão, o Sr. Maurício Mendonça propôs que se faça uma rodada de discussões com a Finep para se definir os mecanismos de estímulo à PME via editais. Também, tendo em vista a decisão de se alocar recursos do CT-FVA à linha de Ação 2.2.1 - Programa de qualificação e modernização dos IPT's, em 2006, ficou decidido que o montante de R\$ 60 milhões do Fundo Verde-Amarelo seriam distribuídos, entre as ações transversais, da seguinte forma:

- R\$ 10 milhões no item 1.3.1, - Programa RHAЕ
- R\$ 7,5 milhões na Ação 2.1.1 - Parcerias ICT/Micro e pequenas empresas (programas COOPERA e APL's

- R\$ 7,5 milhões na Ação 2.1.2. Parcerias ICT/ Médias e grandes empresas (programa COOPERA)
- R\$ 5 milhões na Ação 2.2.1 - Programa de qualificação e modernização dos IPT's
- R\$ 10 milhões na Ação 2.2.3 - Tecnologia Industrial Básica - TIB
- R\$ 5 milhões na Ação 2.2.4 - Programa para Apoio à Assistência e Consultoria Tecnológica - ASSISTEC (PRUMO + PROGEX)
- R\$ 5 milhões na Ação 2.2.5 - Parques tecnológicos e incubadoras - PNI
- R\$ 10 milhões na Ação 2.2.6 - Gestão e difusão da informação em C,T&I

Cabe ressaltar, conforme destacado pelo Sr. Luís Fernandes, que essa deliberação está baseada num aporte de R\$ 60 milhões (sessenta milhões) e que, a previsão de recursos disponíveis do CT-FVA para 2006 é da ordem de R\$ 56 milhões. Dessa maneira, ficou decidido que a proposta de distribuição dos recursos do CT-FVA serviria como referência, caracterizando-se como uma autorização global do Comitê Gestor ao Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais para alocação efetiva dos recursos do CT-FVA, em função da real disponibilidade de recursos no exercício.

5. Outros Assuntos

O Sr. Maurício Mendonça sugeriu que seja incluído na pauta da primeira reunião do Comitê Gestor em 2006, espaço para tratar de aspectos conceituais e estratégicos que possam contribuir para o processo de construção das decisões a serem implementadas pelo Fundo Verde-Amarelo em 2006.

A Sra. Cristina Valente propôs que fosse incluída na agenda da próxima reunião do Comitê Gestor uma apresentação do projeto PINTEC; o que foi aprovado. A Sr. Cristina Valente ficou responsável por tomar as providências necessárias para viabilizar essa apresentação.

Concluindo a reunião, o Comitê Gestor aprovou, por unanimidade, a Ata da 17^a Reunião. Nessa oportunidade, ficou acertado que as minutas das atas deverão ser elaboradas logo após a realização das reuniões e enviadas aos membros do Comitê para ciência e considerações.